

LUCAS FIGUEIRA MESQUITA RIBEIRO

RODRIGO DELPUPO MONFARDINI

A TESE DA ESTAGNAÇÃO SECULAR E A TENDÊNCIA DECRESCENTE DA TAXA DE LUCRO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM ORTODOXA E A MARXISTA

Recebido em 10/11/2023

Aprovado em 24/04/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1091

A TESE DA ESTAGNAÇÃO SECULAR E A TENDÊNCIA DECRESCENTE DA TAXA DE LUCRO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM ORTODOXA E A MARXISTA

Resumo

O presente trabalho investiga a tese da estagnação secular sob duas perspectivas econômicas: a teoria ortodoxa e a teoria marxista. Na abordagem ortodoxa, o principal autor analisado é Lawrence Summers, que argumenta que a estagnação secular nos países industriais é decorrência de uma taxa de juros real de equilíbrio no pleno emprego negativa; enquanto que, na abordagem marxista, o principal autor analisado é Eleutério Prado, que argumenta que a estagnação secular nos países industriais é decorrência da tendência decrescente da taxa de lucro. Argumenta-se que a abordagem ortodoxa é não só o reconhecimento atual de um problema já apontado pela teoria marxista, mas também que a sua análise é incapaz de identificar corretamente a causa do fenômeno e, por conseguinte, de dar a ele uma resposta efetiva e duradoura.

Palavras-chave: estagnação secular; marginalismo; marxismo

LUCAS FIGUEIRA MESQUITA RIBEIRO

Mestrando em Economia Aplicada pelo PPGE/UFJF e bolsista da Capes

Email: figueira.lucas@estudante.ufjf.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3950-288X>

RODRIGO DELUPO MONFARDINI

Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFF-Campos e pesquisador do Niep-Marx

Email: rodrigomonfardini@id.uff.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8064-7450>

Abstract

This work investigates the thesis of secular stagnation from two economic perspectives: the orthodox theory and the Marxist theory. In the orthodox approach, the main author analyzed is Lawrence Summers, who argues that secular stagnation in industrialized countries is a result of a negative real interest rate at full employment equilibrium. On the other hand, in the Marxist approach, the main author analyzed is Eleutério Prado, who argues that secular stagnation in industrialized countries is a consequence of the tendency of the rate of profit to fall. It is argued that the orthodox approach is not only the current recognition of a problem already highlighted by Marxist theory, but also that its analysis is incapable of correctly identifying the cause of the phenomenon and, therefore, of giving it an effective and lasting economic policy.

Keywords: secular stagnation; marginalism; marxism

Introdução

O capitalismo sofreu diversas transformações, desde que a produção de mercadorias se universalizou na Inglaterra e posteriormente no resto do mundo. Durante certo período, muitos países adotaram algo similar ao que é conhecido como capitalismo de livre mercado, marcado pelo livre comércio, pela livre iniciativa, pela baixa regulação trabalhista, pela baixa tributação corporativa, etc. (HOBSBAWM, 1995, p. 16-17). Aparentemente, essa estrutura econômica não durou por muito tempo, pois o período de 1914 a 1945 foi marcado por intensas guerras e por uma profunda depressão, acontecimentos esses que demandaram uma maior intervenção do aparato estatal em grande parte do mundo. Após 1945, argumenta Harvey (1992, p. 125), a maioria dos países capitalistas desenvolvidos adotou um modelo econômico fordista definitivo, associado à teoria econômica keynesiana, que se baseava na produção em massa, no estímulo do governo às grandes empresas nacionais e na regulação dos mercados, buscando garantir uma demanda efetiva suficiente aos interesses do capital e formar uma ampla coalizão entre trabalhadores, capitalistas e funcionários públicos. Foi um período de elevadas e estáveis taxas de crescimento do produto agregado, com incrementos nos padrões de vida dos países desenvolvidos. Todavia, segundo Harvey (1992, p. 140), a recessão de 1973 e os choques do petróleo causaram uma mudança na lógica de acumulação predominante. A partir daquele momento a estrutura econômica passou a ser mais flexível e desregulamentada, surgindo o período marcado pela acumulação flexível, em que houve uma grande perda de força das organizações trabalhistas e sindicais.

Este longo período de crise que marcou a chamada era neoliberal mostra que podem ocorrer anos, e até mesmo décadas, de estagnação econômica, ou seja, de baixo crescimento do produto agregado. A estagnação de longo prazo voltava a ser empiricamente observada. Muitas décadas antes, o antigo presidente da American Economic Association, Alvin Hansen, já havia proferido um discurso em 1938, período ainda marcado pelos resquícios da Grande Depressão, em que argumentava sobre a possibilidade de uma

estagnação secular, isto é, uma estagnação de longo prazo. Posteriormente, Hansen (1939) elaborou um artigo detalhando sua tese. Essa perspectiva certamente foi controversa em sua época, já que os macroeconomistas ortodoxos, que são os dominantes na academia desde o final do século XIX, não costumam considerar a possibilidade de uma estagnação de longo prazo, pois, para eles, existe uma tendência, no sistema capitalista, de que o mercado opere em pleno emprego, isto é, naquela situação em que todos os fatores de produção estão plenamente empregados (PRADO, 2014, p. 252). A mera imaginação de uma situação daquelas, como a experimentada nas décadas de 1970 e 1980, requer um certo afastamento conceitual da teoria ortodoxa tradicional e de suas premissas acerca da racionalidade dos agentes econômicos. Acerca disso, destaca-se a opinião de um dos grandes autores da macroeconomia ortodoxa contemporânea, Robert J. Gordon (2012, p. 1), que afirma que desde a criação do modelo de Solow (1956) na década de 1950 presume-se que o crescimento econômico continuará indefinidamente. Posteriormente, Gordon (2012, p. 3) destaca que o crescimento econômico pode não ser, ao contrário do que muitos imaginam, um processo contínuo de longo prazo.

Com o decorrer dos anos, pode-se perceber que as expectativas pessimistas de Hansen não foram observadas, já que poucos anos após seu discurso foi iniciada a Segunda Guerra Mundial, que estimulou de forma decisiva a atividade econômica nos Estados Unidos. Entretanto, muitos decênios depois, inclusive após as crises das décadas de 1970 e 1980, a economia mundial entrou novamente em uma profunda recessão. Em 2008 e nos anos subsequentes os países desenvolvidos sofreram com um baixo crescimento, ou até mesmo redução, de seu produto agregado. Foi no período logo após a recessão de 2008 que o macroeconomista ortodoxo Lawrence Summers (2014a, 2014b) percebeu que as economias desenvolvidas estavam crescendo muito pouco, com fortes resquícios da recessão ainda em vigor, e que as causas dessa estagnação poderiam ser mais profundas, poderiam ser estruturais. Summers (2014b, p. 27-30) retoma a tese de Hansen e afirma que a taxa de juros real de pleno emprego negativa nos países desenvolvidos pode

tornar impossível uma combinação de crescimento satisfatório do produto agregado, baixa taxa de desemprego e estabilidade financeira apenas por meio dos instrumentos tradicionais de política monetária. A melhor solução para esses problemas, segundo Summers (2014a, p. 72), seria realizar políticas fiscais expansionistas para aumentar a demanda agregada efetiva, preferencialmente por meio de investimentos públicos. Com uma taxa de juros de longo prazo extremamente baixa e uma taxa de desemprego no setor de construção excessivamente alta nos Estados Unidos, Summers (2014a, p. 72) se questiona se haveria um momento melhor do que esse para aumentar os investimentos públicos em geral.

Summers e Hansen não foram os únicos que perceberam essa possibilidade de uma estagnação de longo prazo no capitalismo. Ainda no século XIX, o filósofo Karl Marx (1984, p. 163-176) percebeu uma tendência do capitalismo de redução na taxa de lucro dos capitalistas, o que poderia culminar em uma estagnação ou até mesmo em uma recessão. Essa tendência descrita por Marx decorre, dentre outras coisas, da transformação na composição orgânica do capital, isto é, na relação entre as composições de valor e técnica do capital, levando a um aumento relativo da parte constante do capital, que seria justamente aquela parte que não cria valor. Com esse aumento relativo, haveria uma tendência de redução na taxa de lucro, já que o mais-valor produzido pelos trabalhadores deveria reproduzir uma quantidade relativamente maior de capital constante. Com essas ideias em mente, o economista marxista Eleutério Prado (2014, p. 268) rebateu os argumentos de Summers e afirmou que as causas da estagnação secular eram intrínsecas aos próprios mecanismos de funcionamento do capitalismo. A financeirização e a alteração na composição orgânica do capital seriam alguns dos mecanismos essenciais que causariam a tendência à estagnação. Prado (2014, p. 255) argumentou que as causas elencadas por Summers poderiam influenciar negativamente no crescimento econômico, mas que eram passíveis de resolução e que lhe pareciam insuficientes em explicar os acontecimentos, com destaque para a consideração de que Summers analisou

somente a esfera de circulação de mercadorias, que seria apenas a dimensão em que se manifestam os fenômenos econômicos.

O presente trabalho busca realizar uma análise das interpretações ortodoxa e marxista acerca da tese da estagnação secular, de forma a compreender, com o auxílio dos dados disponibilizados pelos autores, qual das interpretações é mais apropriada. Em decorrência disso, tornou-se imperativa uma investigação acerca das perspectivas teóricas ortodoxa e marxista, que serão tratadas cada uma em seção específica, seguidas das considerações finais.

Perspectiva ortodoxa da estagnação secular: exposição do problema

A presente seção analisa a perspectiva ortodoxa a respeito da tese da estagnação secular, que é exposta principalmente nas obras de Lawrence Summers (2014a, 2014b). Defende-se que a estagnação secular é real nos países capitalistas desenvolvidos, mas o que difere da análise marxista (a ser apresentada na próxima seção) é a causa: enquanto em Marx a causa é a tendência decrescente da taxa de lucro, para a ortodoxia a causa é uma taxa de juros real de pleno emprego negativa. A explicação ortodoxa será apresentada a partir de agora.

Em suas obras, Summers (2014a, 2014b) analisa o baixo crescimento das economias desenvolvidas nos anos imediatamente após a recessão de 2008. Naquele período, os países industriais apresentaram baixas taxas de crescimento do produto agregado, elevadas taxas de desemprego e taxas de juros reais excessivamente baixas. Teulings e Baldwin (2014, p. 1) chegam a argumentar que, seis anos após o início da recessão, os países desenvolvidos conseguiram ultrapassar o PIB de antes da crise, mas ainda não conseguiram alcançar as taxas de crescimento daquele período. Para Summers (2014b, p. 27-30), esses fatores estão relacionados: quando a taxa de juros real da economia que equilibra poupança e investimento ao nível de pleno emprego se encontra negativa, as ferramentas tradicionais de política monetária tornam-se pouco eficazes para lidar com o baixo crescimento

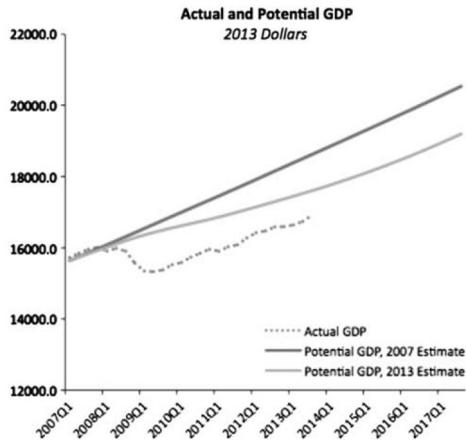
do produto agregado e a elevada taxa de desemprego. Além disso, instabilidades financeiras podem decorrer de uma taxa de juros nominal excessivamente baixa, tornando o sistema suscetível a bolhas especulativas, isto é, a elevações insustentáveis nos preços dos ativos. Teulings e Baldwin (2014, p. 1-2) argumentam ainda que, no livro editado por eles, há um consenso entre os vários autores a respeito de três pontos: (1) a definição de estagnação secular ser a respeito de um fenômeno marcado por taxas de juros reais negativas de equilíbrio no pleno emprego; (2) esse possível problema tornar muito difícil de se atingir, por meio de políticas de alterações na taxa de juros, o pleno emprego com uma baixa taxa de inflação, dada a restrição do limite inferior zero da taxa de juros nominal; e (3) que ainda é cedo para se afirmar decisivamente que a estagnação secular é real, mas que os economistas e formuladores de políticas públicas deveriam estar atentos a essa tese para poderem agir eficientemente caso esse seja um problema real.

O desenvolvimento da economia estadunidense naqueles primeiros anos após a recessão de 2008 causaram, segundo Summers (2014a, p. 65), uma transformação na teoria macroeconômica dominante. Ele argumenta que apenas seis ou sete anos antes da publicação de seu artigo a teoria macroeconômica se preocupava principalmente com o uso de políticas monetárias para reduzir as flutuações ao redor de uma dada trajetória de crescimento econômico. Essa abordagem era corroborada tanto pelas evidências históricas quanto por questões teóricas e de políticas públicas. Summers (2014a, p. 65) chega a afirmar que hoje nós desejaríamos que o problema central fosse minimizar as flutuações ao redor de uma trajetória de crescimento razoável. Em outro momento, Summers (2014b, p. 27) também destaca que as ideias de que depressões são assuntos de interesse apenas histórico foram destruídas pela recessão de 2008 e pela crise global que decorreu dela, causando uma crise também no campo da macroeconomia. A partir das evidências empíricas do caso estadunidense, fica claro para Summers (2014a, p. 65-66) que questões envolvendo os ciclos econômicos podem influenciar negativamente na trajetória de crescimento do produto agregado de longo prazo, fenômeno esse conhecido como histerese. Além disso, ele ressalta os

problemas acerca da eficiência da política monetária em um mundo com taxa de juros nominal com limite inferior zero e com uma taxa de juros real de pleno emprego negativa. Summers (2014a, p. 66) apresenta, em seu artigo, três ideias centrais: (1) que da forma que os Estados Unidos e outras economias industriais funcionam, torna-se extremamente difícil atingir simultaneamente altas taxas de crescimento do produto agregado, baixa de taxa de desemprego e estabilidade financeira; (2) que esse problema provavelmente está relacionado sobremaneira com uma taxa de juros real de equilíbrio no pleno emprego negativa; e (3) que as ferramentas tradicionais de políticas públicas serão ineficazes para lidar com o problema.

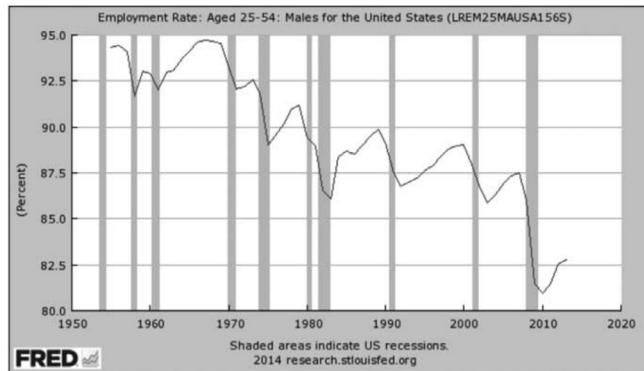
Os dados apresentados na Figura 1 do presente trabalho são retirados de Summers (2014a, p. 66) e mostram que, apesar do crescimento da economia estadunidense desde que passou o pior da recessão em meados de 2009, a aproximação entre o PIB atual e sua estimativa potencial ocorreu, em grande medida, por conta de revisões para baixo nas estimativas. Dessa forma, pode-se notar que mudanças estruturais, de longo prazo, ocorreram na economia estadunidense naquele período. Posteriormente, destacam-se na Figura 2 os dados apresentados por Summers (2014a, p. 67) que evidenciam uma queda substancial na taxa de emprego por população de homens de 25 a 54 anos de idade, que é o grupo de pessoas em que há a maior expectativa social de que estejam trabalhando. Essa taxa teve um pequeno aumento desde 2010, porém ainda está bem distante dos níveis de antes da recessão. Dados apresentados por Summers (2014a, p. 68) e disponíveis na Figura 3 também demonstram que a queda no PIB potencial estadunidense se deve majoritariamente a uma queda em investimentos de capital e a uma redução nas horas trabalhadas, evidenciando que o problema decorre principalmente de uma insuficiência de demanda agregada efetiva. O declínio na Produtividade Total dos Fatores (PTF) explica somente uma pequena parte da redução no PIB potencial.

Figura 1 - Revisão para baixo do PIB potencial dos EUA



Fonte: Summers (2014a, p. 66)

Figura 2 - Taxa de emprego nos EUA: população masculina de 25 a 54 anos



Fonte: Summers (2014a, p. 67)

Figura 3 - Por que o PIB potencial dos EUA caiu?

- Potential GDP in 2014
 - 2013 estimate vs 2007 estimate: 10% decline
- Why did the estimate decline?

Component of Pot. GDP	Contribution to Decline in Estimate
Potential TFP	-10% (11%)
Capital	-50% (48%)
Potential Hours Worked	-40% (41%)

Fonte: Summers (2014a, p. 68)

A economia estadunidense, apesar de ter enfrentado um período de dificuldades naqueles anos imediatamente após a recessão de 2008, teve um crescimento satisfatório do produto agregado no começo do século, mais especificamente de 2002 a 2007, afirma Summers (2014a, p. 66-67), sem sinais de sobreaquecimento. Entretanto, o aumento nos preços imobiliários, que levou a um aumento excessivo na participação desse setor no PIB, tornou o crescimento naqueles anos insustentável. A maioria das críticas em relação às políticas macroeconômicas daquele período, afirma Summers (p. 67), destacam que as políticas fiscais foram excessivamente expansivas, as políticas monetárias foram excessivamente frouxas e as políticas de prudência foram insuficientemente prudentes. Esse crescimento econômico insustentável no começo da década de 2000 e o crescimento liderado pela bolha do mercado de ações no final dos anos 1990 fazem Summers (p. 68) se questionar se, nos 15 anos anteriores à publicação de seu artigo, houve algum crescimento significativo nos Estados Unidos que não tenha sido construído com base em condições financeiras insustentáveis. O caso do Japão mostrou que, apesar de serem de 3% ou 4% as estimativas de crescimento potencial, aquele país mal conseguiu um crescimento de 1%. O caso europeu é, em certa medida, similar ao caso estadunidense: houve um crescimento satisfatório em decorrência da formação da Zona do Euro em 1999, porém tornou-se claro que esse crescimento foi igualmente insustentável. Nos anos imediatamente anteriores à publicação do artigo de Summers (2014a) o crescimento europeu alcançou patamares ainda menores que o estadunidense, com previsões de que continuará assim no futuro (p. 67-68).

A performance das economias industriais – ou desenvolvidas – no começo do século XXI mostra um cenário desolador, de dificuldade em conciliar um crescimento satisfatório do produto agregado, uma elevada taxa de utilização da capacidade produtiva e uma condição de estabilidade financeira razoável. Summers (2014a, p. 69) argumenta acerca da possibilidade de ter ocorrido uma redução excessiva na taxa de juros real que equilibra poupança e investimento ao nível de pleno emprego. Essa situação tornaria extremamente difícil a realização de políticas monetárias eficientes associadas

com uma baixa taxa de inflação, já que a taxa de juros nominal não pode ser negativa, isto é, há um limite inferior zero desta taxa. A taxa de juros real é determinada pela seguinte equação:

$$\theta R = \theta - \pi \quad (1)$$

em que θR representa a taxa de juros real, θ representa a taxa de juros nominal e π representa a taxa de inflação. Se a taxa de juros real de pleno emprego for excessivamente baixa e a taxa de inflação estiver igualmente baixa, pode ser que haja uma impossibilidade de se atingir aquela taxa de pleno emprego, já que a taxa de juros nominal não pode ser negativa. Mesmo estando positiva, uma taxa de juros nominal muito próxima de zero pode causar um incremento excessivo na tomada de risco dos investidores, causando um aumento na adoção de esquemas Ponzi e um cenário de instabilidade financeira (SUMMERS, 2014a, p. 69). Se tivesse ocorrido, de fato, uma queda excessiva na taxa de juros real de pleno emprego seria bem razoável esperar aquelas características perturbadoras e insustentáveis presentes nas economias desenvolvidas no começo do século.

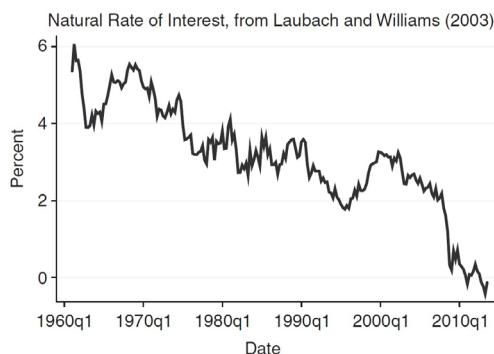
Prosseguindo com seu artigo, Summers (2014a, p. 69-71) argumenta que há diversos motivos para supor que houve uma redução na taxa de juros real de pleno emprego. Um deles é a queda na taxa de crescimento populacional, que, segundo Summers (2014a, p. 69), é amplamente reconhecido, desde as contribuições de Hansen (1939), que uma redução na taxa de crescimento populacional acarreta um declínio na taxa de juros real de pleno emprego. Espera-se que a força de trabalho nos Estados Unidos cresça a uma taxa significativamente menor nas duas décadas posteriores à publicação de seu artigo, o que corrobora a justificativa de que a transformação na demografia estadunidense é uma das causas para o declínio na taxa de juros real de equilíbrio no pleno emprego. Ainda em seu seminal artigo, Summers (2014a, p. 69) afirma que há a possibilidade de redução na taxa de progresso tecnológico, mas que ele não toma partido nessa discussão. Posteriormente, ao escrever novamente sobre a tese da estagnação secular, Summers (2014b, p. 33) afirma que uma possível redução na taxa de progresso tecnológico

significaria uma queda na demanda por novos bens de capital, o que acabaria por diminuir a taxa de juros real de pleno emprego. Outro aspecto fundamental que pode ter causado essa redução é a mudança na distribuição de renda, que se transformou de forma a favorecer as rendas do capital, em detrimento das rendas do trabalho, e a favorecer aqueles indivíduos de maior riqueza, que possuem menor propensão a consumir. Essas duas mudanças na distribuição de renda operam no sentido de aumentar a propensão a poupar. Com uma redução na demanda de investimentos e um incremento na propensão a poupar, há naturalmente um declínio na taxa de juros real de pleno emprego (2014a, p. 69).

A partir dessas observações, algumas políticas públicas devem ser propostas para lidar com a constante estagnação econômica dos países industriais. Summers (2014a, p. 71-73) destaca as possíveis abordagens e argumenta que algumas provavelmente serão mais eficazes que outras. A primeira estratégia seria simplesmente não fazer nada e esperar que a estagnação seja apenas um fenômeno temporário e que a taxa de juros real de equilíbrio no pleno emprego eventualmente volte a subir. Summers (p. 71) argumenta que talvez estejamos confundindo a longa ressaca de uma crise financeira com uma nova era de taxas de juros de pleno emprego consistentemente baixas. O Japão adotou essa estratégia por muitos anos, mas parece que está ocorrendo uma espécie de inversão da famosa Lei de Say, em que a ausência de demanda agregada acarreta uma ausência de oferta agregada. A segunda resposta seria, logicamente, reduzir a atual taxa de juros real. Essa abordagem foi, segundo Summers (p. 72), adotada pelo Federal Reserve nos anos imediatamente anteriores à publicação de seu artigo. Contudo, ele argumenta que, apesar de ser melhor do que não fazer nada, há sérias questões acerca da eficiência dessas políticas, incluindo a dificuldade de se estimular mais a atividade econômica quando a taxa de juros dos fundos federais estadunidenses é zero e a possibilidade de criar bolhas financeiras, que tornariam o crescimento econômico insustentável. Dessa forma, Summers (p. 72) conclui que utilizar políticas monetárias e financeiras para reduzir a atual taxa de juros real é uma estratégia melhor do que não

fazer nada, mas que vem com custos consideráveis. A última e preferível estratégia é, argumenta Summers (p. 72-73), aumentar a demanda agregada efetiva por meio de políticas fiscais. Existem várias formas de se aplicar essa estratégia e certamente haverá divergências entre economistas acerca da eficiência relativa de cada uma das medidas, afirma ele. Uma das medidas que pode incrementar a demanda agregada é a utilização de políticas que estimulam as exportações, seja por meio de acordos comerciais ou flexibilização de controles comerciais. Outra medida com potencial de ser eficiente nesse contexto é a realização e ampliação de investimentos públicos. Summers (p. 72) chega a se questionar se, num contexto em que a taxa de juros de longo prazo estadunidense está inferior a 3% e em que a taxa de desemprego no setor de construção chega a dois dígitos, haveria momento melhor para aumentar os investimentos públicos em geral nos Estados Unidos. Por fim, é importante destacar os dados apresentados por Summers (p. 71) e disponíveis na Figura 4, que corroboram sua argumentação e demonstram o declínio histórico na taxa de juros real natural, isto é, aquela taxa que equilibra poupança e investimento ao nível de pleno emprego. Quando o pleno emprego é atingido, há o que se denomina taxa natural de desemprego ou taxa de desemprego não aceleradora da inflação.

Figura 4 - Taxa de juros natural nos EUA



Fonte: Summers (2014a, p. 71)

Uma descrição alternativa a respeito da tese da estagnação secular dentro do campo teórico ortodoxo é oferecida pelo macroeconomista Barry

Eichengreen (2014, p. 41), que argumenta a respeito do suposto declínio nas taxas de inovação e invenção, que ele descreve como sendo constantemente previsto por pessimistas ao longo da história, apesar de serem consistentemente refutados pelos dados. A existência da estagnação secular nas próximas décadas nos Estados Unidos seria causada pela inabilidade do próprio Estado estadunidense em realizar os investimentos e reformas necessários em campos como educação e infraestrutura, isto é, o problema seria decorrente de questões que poderiam, em princípio, ser resolvidas sem maior alarde. Para lidar com a recessão, os Estados Unidos deveriam estimular a demanda agregada efetiva e, dessa forma, diminuir a taxa de desemprego. Posteriormente, Eichengreen (2014, p. 41-42) analisa uma contribuição do renomado macroeconomista Robert J. Gordon (2012, p. 1-2), em que este afirma que as grandes inovações capazes de aumentar satisfatoriamente a produtividade já ocorreram, com destaque para a eletricidade, o motor de combustão interna e o encanamento doméstico. Eichengreen (2014, p. 42) rebate essa ideia ao afirmar que a robótica e o genoma humano mal começaram a ser usados produtivamente e que isso evidencia um futuro de inovações, com a substituição de trabalhadores desqualificados por máquinas inteligentes e, eventualmente, até mesmo a substituição dos trabalhadores qualificados. O problema a respeito de inovações seria, portanto, um problema de distribuição, e não de crescimento econômico. Com isso, Eichengreen (p. 42) argumenta que talvez o recente baixo crescimento da produtividade não seja assustador nem surpreendente, já que estaríamos à beira de uma revolução no genoma humano e na robótica.

A tese a respeito do qual a estagnação secular decorre, em grande medida, de uma demanda agregada efetiva insuficiente em estimular um crescimento adequado do produto agregado é também analisada por Eichengreen (2014, p. 42-43) em seu trabalho, tese que, afirma ele, aparenta ser a preferida de Summers. Segundo essa perspectiva, as famílias não estão consumindo o suficiente e as firmas não estão investindo o suficiente nem mesmo a taxas de juros nominais próximas de zero. Um dos fatores que influenciaria isso seria o fato de que, nos Estados Unidos, quase todos os ganhos de renda

foram para os indivíduos de rendas mais elevadas, que possuem baixa propensão a consumir. Novamente, Eichengreen (p. 43) destaca o problema de distribuição de renda. Entretanto, existem certas questões que colocariam em dúvida essa tese. Ele argumenta que o que importa para as taxas de juros não é a poupança estadunidense, e sim a poupança global, tendo em vista que o mundo contemporâneo é marcado por deslocamentos diários de fundos entre países e continentes. A taxa de poupança global em relação ao PIB global permaneceu relativamente constante na última década e meia, com a possibilidade de que venha inclusive a declinar no futuro, já que a China estaria modificando sua economia para favorecer o consumo. Além disso, Eichengreen (p. 43-44) destaca que um aumento na poupança global em decorrência do choque da estagnação secular causaria uma redução no PIB global, que então causaria uma taxa de poupança resultante ainda maior que o incremento inicial. Ou seja, o aumento na poupança observado, que foi de apenas 1% a 2% do PIB global, tem de ser maior que o acréscimo na poupança causado pela estagnação secular, o que enfraqueceria a tese defendida por Summers.

Prosseguindo com sua análise, Eichengreen (2014, p. 44-45) analisa outras duas versões do argumento. Uma delas atribui as baixas taxas de crescimento do produto agregado e da Produtividade Total dos Fatores (PTF) à insuficiência no investimento público efetuado por economias industriais nas áreas de educação, infraestrutura e treinamento da força de trabalho. Ele argumenta possuir considerável simpatia por essa visão, dada a redução no investimento estadunidense nessas áreas. Eichengreen (p. 44) destaca que a literatura no assunto não é conclusiva, apesar de sabermos intuitivamente que algo está errado. A outra versão do argumento descreve a redução do produto potencial dos Estados Unidos desde a recessão de 2008 e a sua lenta recuperação nos anos imediatamente posteriores à crise como decorrência da alta taxa de desemprego, que prejudicou a produtividade dos trabalhadores que permaneceram desempregados por muito tempo. Eichengreen (p. 44) argumenta que a incapacidade do produto agregado estadunidense em retornar à trajetória de crescimento de antes

da crise é consistente com essa visão. Eichengreen (p. 44-45) se questiona acerca do dano causado pela recessão à produtividade dos trabalhadores ser permanente ou apenas temporário, argumentando que a literatura não é conclusiva a esse respeito. Por fim, ele argumenta que há razões para esperar que o crescimento do produto agregado estadunidense nos próximos 10 ou 20 anos seja menor que aquele experimentado no século XX. Contudo, Eichengreen (p. 45) destaca que esse futuro não é inevitável, que ele não decorre da escassez de inovações ou do excesso de poupança global, e sim da incapacidade do governo estadunidense em investir adequadamente nas áreas essenciais, em estimular a demanda agregada efetiva até atingir a magnitude necessária e em resolver os problemas causados pela histerese no mercado de trabalho.

Em trabalho posterior, o Robert J. Gordon (2014, p. 47-48) analisa a tese da estagnação secular alardeada por Summers e afirma que o problema do baixo crescimento econômico dos Estados Unidos nos anos anteriores à publicação de seu trabalho decorre mais de um declínio no Produto Interno Bruto (PIB) potencial do que de um hiato do produto. Ao contrário do que foi descrito por Eichengreen (2014, p. 41-42), Gordon (2014, p. 47) agora afirma que o problema do baixo crescimento do produto agregado estadunidense decorre não de uma escassez de inovações tecnológicas, e sim de problemas estruturais que influenciam negativamente no crescimento do PIB potencial. Gordon (2014, p. 48) destaca que, à medida que a taxa de desemprego atual estadunidense declina até atingir o nível da taxa de desemprego não aceleradora da inflação, o hiato do produto é reduzido até se tornar inexistente. Ou seja, essa mudança na taxa de desemprego atual acarreta uma mudança no PIB atual, de forma que ele alcance o PIB potencial descrito pelos modelos ortodoxos de crescimento. Dessa forma, as análises efetuadas por ele sugerem um pequeno crescimento do PIB potencial nos próximos anos – em relação à publicação de seu trabalho – e apenas um pequeno hiato do produto, o que evidenciaria que a preocupação de Summers com a escassez de demanda agregada efetiva não se sustentara.

Os quatro fatores estruturais que estariam limitando o crescimento do PIB potencial estadunidense são posteriormente descritos de forma minuciosa por Gordon (2014, p. 50-52): a demografia, a educação, a desigualdade e a dívida pública federal. Em relação à demografia, Gordon (p. 50) destaca que o declínio na taxa de crescimento da produtividade nos últimos 40 anos foi contrabalanceada entre 1972 e 1996 por um aumento na taxa de participação da força de trabalho, decorrente da elevada taxa de crescimento populacional nos Estados Unidos e da entrada das mulheres na força de trabalho. Entretanto, o período de 2007 a 2014 experimentou uma queda relativamente aguda na taxa de participação da força de trabalho. Gordon (p. 50) argumenta que essa redução ocorreu, em grande medida, em decorrência do envelhecimento da população. O segundo fator que influenciaria negativamente no crescimento do PIB potencial estaria relacionado com a incapacidade do Estado estadunidense em promover um incremento no nível educacional de seus cidadãos, tendo em vista que a revolução educacional causada pela conclusão do segundo grau pela maioria das pessoas já ocorrera em 1970. O terceiro fator destacado por Gordon (p. 51) diz respeito à desigualdade de renda, na medida em que os salários dos CEOs e das celebridades crescem continuamente, enquanto que abaixo do nonagésimo percentil as empresas estariam constantemente buscando reduzir os salários e benefícios de seus empregados. O quarto e último fator se refere à previsão de aumento da dívida pública federal estadunidense em relação ao seu PIB, tendo em vista que o menor crescimento do PIB potencial atuará como inibidor do crescimento das receitas tributárias.

A partir da análise da tese da estagnação secular sob a perspectiva desses macroeconomistas de tradição ortodoxa, pode-se observar que há certas discordâncias em aspectos como a evolução futura da taxa de inovação tecnológica ou a tendência de concentração de renda do sistema. Entretanto, é evidente que há uma similaridade muito grande em suas perspectivas, incluindo a análise dos fenômenos econômicos majoritariamente por meio de dados macroeconômicos e por meio da utilização de modelos ortodoxos de crescimento que medem o PIB potencial dos países. Para esses autores, o

possível fenômeno da estagnação secular decorreria de aspectos extrínsecos aos mecanismos de funcionamento do capitalismo. Os problemas incluiriam somente questões que transcendem as tendências do próprio sistema econômico, como a desigualdade de renda, a transformação demográfica, a escassez de inovações tecnológicas e a insuficiência de investimentos em áreas essenciais. Summers (2014a, 2014b) sugere que o fenômeno da estagnação secular nos países industriais é real e que decorre de uma taxa de juros real de pleno emprego negativa, de forma que a melhor intervenção para lidar com esses problemas seja por meio de políticas fiscais expansionistas, já que as políticas monetárias podem ser ineficientes e insustentáveis em um contexto de baixas taxas de juros nominais e de instabilidade financeira.

A perspectiva marxista: estagnação secular como resultado da tendência decrescente da taxa de lucro

A presente seção analisa a perspectiva marxista a respeito da tese da estagnação secular, que é exposta principalmente no artigo do economista marxista Eleutério Prado (2014). O que se defende nesta seção é que a tese da estagnação secular é uma identificação da lei, já apontada pelo marxismo, de tendência decrescente da taxa de lucro e que é agravada, a longo prazo, pelo processo de financeirização. E se é correta esta tese, a análise ortodoxa das causas do fenômeno não só é inadequada como as medidas propostas são incapazes de revertê-lo.

Em seu trabalho, Prado (2014, p. 252) introduz sua investigação ao destacar que, mesmo cinco anos após o início da recessão, a crise de 2008 ainda influenciava negativamente no comportamento das economias industriais. Essas economias cresciam a baixas taxas, o que inquietou Lawrence Summers (2014a, 2014b), que argumentou acerca da possibilidade de uma estagnação secular nos países capitalistas desenvolvidos. Prado (2014, p. 252) destaca que essa crise na realidade macroeconômica também implicou uma crise no pensamento macroeconômico, que agora não mais poderia se contentar em apenas manipular os modelos de equilíbrio geral para reduzi-los às

flutuações de curto prazo, já que a conjuntura macroeconômica nos países industriais apresentava-se como desoladora. Essa situação de estagnação prolongada surpreendeu muitos dos economistas ortodoxos, já que, segundo Robert J. Gordon (2012, p. 1), um dos principais autores dessa tradição, desde a elaboração do modelo de Solow (1956) na década de 1950 presume-se que o crescimento econômico seja algo natural e que continuará indefinidamente, como também destaca Prado (2014, p. 252). A partir dessa conjuntura sombria nos países desenvolvidos, Summers (2014a, 2014b) retoma a tese da estagnação secular, primeiro apresentada por Alvin Hansen na década de 1930, ainda nos resquícios da Grande Depressão.

Ao analisar as contribuições de Summers, Prado (2014, p. 253) destaca os elementos centrais daquela perspectiva. O primeiro deles diz respeito a uma possível redução na taxa de juros real de equilíbrio no pleno emprego nos países industriais, principalmente nos Estados Unidos, que pode indefinidamente impedir o sistema de alcançar o patamar de pleno emprego por meio de políticas monetárias tradicionais, dada uma baixa taxa de inflação e a impossibilidade de a taxa de juros nominal ser negativa. O segundo elemento é em relação à aparente incapacidade da economia estadunidense em conciliar crescimento satisfatório do produto agregado, baixa taxa de desemprego e estabilidade financeira nas décadas anteriores à publicação dos trabalhos de Summers. Assim sendo, argumenta Prado (p. 253-254), haveria uma contínua escassez de demanda agregada efetiva nos países capitalistas desenvolvidos, que foi apenas parcialmente solucionada por meio de estruturas financeiras insustentáveis. Ao analisar a crônica carência de demanda agregada efetiva nos Estados Unidos, destaca Prado (p. 255), Summers encontraria uma explicação parcial na concentração de renda nos indivíduos de maiores rendas, que possuem uma baixa propensão a consumir. Outras razões para essa timidez da demanda agregada efetiva estariam na baixa taxa de crescimento populacional e numa suposta carência de inovações tecnológicas, que atuariam de forma a diminuir o incentivo a investir. Prado argumenta que essas causas são insuficientes para explicar fenômenos daquela magnitude, sendo pouco razoável que a “má repartição

da renda, o baixo crescimento populacional e uma suposta escassez de inovações possam obstar tão decisivamente o desenvolvimento do capitalismo” (p. 255). Afinal, esses três aspectos podem ser contrabalanceados sem grandes dificuldades, seja por meio de um incremento no investimento das empresas ou do Estado para compensar macroeconomicamente a falta de consumo, por meio do estímulo à imigração (que aumenta a mão de obra disponível) ou por meio do investimento em novas tecnologias que aumentem a produtividade¹.

A recessão iniciada em 2008 no mundo capitalista decorreu, de modo imediato, de uma bolha financeira no setor imobiliário, que posteriormente estourou, devido ao excesso de endividamento, causando o que Prado (2014, p. 255) descreve como uma armadilha duradoura. Essa armadilha causaria um problema em se estimular mais a atividade econômica por meio de políticas monetárias, já que há uma carência de demanda de crédito, especialmente por parte dos empresários para a realização de investimentos. Segundo Prado (p. 255-256), haveria, por parte de Summers, uma preocupação de que esse estado de coisas se mantenha indefinidamente. Apesar disso, haveria problemas no diagnóstico efetuado por Summers, que seria insuficiente em analisar as tendências de estagnação nas economias capitalistas desenvolvidas, dada a interpretação estática e mecanicista realizada por ele. Prado (p. 256) destaca ainda a descrição da economia burguesa, efetuada por Marx, segundo a qual há constantemente uma busca por parte dos economistas daquela tradição em suprimir, formalmente, as contradições reais do sistema capitalista. Por meio da criação de modelos de equilíbrio geral e

¹ A questão do aumento do investimento, tanto para contrabalançar a falta de consumo, como para criar novas tecnologias para aumento da produtividade e para criação de novos produtos, tem sido tema da professora Mariana Mazzucato. Aparentemente por causa do fenômeno da estagnação secular, a autora tem recebido cada vez mais atenção dos meios acadêmicos, inclusive ortodoxos. Sobre o papel do Estado na redinamização do investimento, conferir especialmente Mazzucato (2014 e 2022), onde a autora advoga em prol desse ente como tendo papel de financiador da pesquisa básica, geralmente pouco atrativa para a iniciativa privada em decorrência de seus riscos, mas da qual saem produtos lucrativos para a própria iniciativa privada. Exemplos já bastante conhecidos disso são o GPS e a internet, ambos frutos de investimento militar, mas também, mais recentemente, da vacina de RNA mensageiro para a Covid, feita por laboratório privado mas financiada pelo governo dos Estados Unidos.

parcial, essa prática foi amplamente aperfeiçoada, com o caráter matemático da teoria fornecendo-lhe um verniz de cientificidade. Prado (p. 256-257) argumenta que, como os modelos de equilíbrio, por sua própria natureza, compensam qualquer tendência desestabilizadora do sistema para de fato atingir o equilíbrio, não há a menor possibilidade de reconhecimento, por parte dos analistas do modelo, das tendências de crise intrínsecas ao capitalismo. Além disso, argumenta Prado (p. 257), esses modelos de equilíbrio podem causar no analista um reconhecimento “não só que um equilíbrio de pleno emprego é possível como também que ele é uma situação realmente viável”. O analista poderia inclusive acreditar que o sistema capitalista de fato tende a uma situação de pleno emprego, que seria justamente algo frequente nas teorias dos macroeconomistas ortodoxos.

A descrição das economias capitalistas efetuada pelos modelos de equilíbrio é incapaz de apreender os conflitos distributivos intrínsecos ao sistema capitalista, com trabalhadores assalariados de um lado e capitalistas de outro. Esse é, segundo Prado (2014, p. 257), um confronto entre os que possuem – os capitalistas – e os que não possuem os meios de produção – os trabalhadores. Ao tomar esses aspectos em consideração, torna-se evidente que o contexto de pleno emprego nas economias capitalistas é necessariamente momentâneo e temporário. Afinal, destaca Prado, se uma dada economia conseguisse reduzir seu desemprego cíclico até zero, atingindo o patamar de pleno emprego, o poder de barganha dos trabalhadores frente aos capitalistas tenderia a aumentar, estimulando-os a demandar maiores salários reais e melhores condições de trabalho, de forma que haveria uma tendência de diminuição na margem e na taxa de lucro dos capitalistas e, assim sendo, uma tendência de redução também no seu incentivo a investir. À medida que houvesse uma quantidade menor de investimentos, em decorrência do declínio no incentivo a investir, haveria também uma tendência de declínio na demanda pela força de trabalho, de forma a haver uma tendência de redução nos salários e de deterioração das condições de trabalho. Assim sendo, haveria agora uma tendência de elevação na margem e na taxa de lucro, de forma que a balança distributiva voltasse a beneficiar

os capitalistas. Essa ilustração demonstra a inerente instabilidade do pleno emprego no sistema capitalista de produção e acumulação, já que, segundo Prado (p. 257), “a regulação própria do capitalismo impede sempre que o pleno emprego possa ser um estado normal do sistema”.

A argumentação de Prado (2014, p. 257) prossegue ao enfatizar que haveria sempre um excesso de oferta de força de trabalho no capitalismo, seja no desemprego ou no subemprego, que seria justamente o que Marx ironicamente chamou de exército industrial de reserva. Prado afirma ainda que esse aspecto do sistema capitalista possui ampla comprovação empírica, o que poderia surpreender os economistas ortodoxos, que acreditam que o processo de mercado tende a levar as economias ao pleno emprego. Esse reconhecimento da condição do trabalho no capitalismo somente poderia ser apreendido por meio de um abandono do esquema conceitual de equilíbrio, reconhecendo-se que o funcionamento normal do sistema é justamente distante do equilíbrio de pleno emprego. Esse excesso de oferta presente no mercado de trabalho não é apenas específico àquele mercado, pois, como escreve Prado (2014, p. 258), “a condição normal de funcionamento da economia baseada na acumulação de capital e na concorrência de capitais é a da constante existência de excesso de oferta de mercadorias”. Esse processo de formação de estoques não é algo desejado pelos capitalistas, já que o racionalmente esperado seria vender todas as mercadorias, de forma a maximizar as receitas e os lucros. Ao contrário, esse processo decorre da própria lógica do sistema capitalista, que obriga os capitalistas a manterem estoques de mercadorias para atender às flutuações e incertezas inerentes ao sistema. Em decorrência dessas considerações, Prado destaca a relevância do conceito keynesiano de demanda efetiva, sendo a variável central em determinar a taxa de crescimento do produto agregado. Por fim, argumenta-se a respeito da importância de se transcender da esfera de circulação do capital – a aparência dos fenômenos econômicos – para a esfera de produção do capital – a essência desses fenômenos.

O pensamento keynesiano, que enxerga a demanda efetiva como o motor propulsor do capitalismo, consegue parcialmente transcender da teoria ortodoxa tradicional e entender que os agentes econômicos agem da forma que agem em decorrência de condições estruturais e próprias do sistema. Apesar disso, argumenta Prado (2014, p. 258-259), essa perspectiva não é capaz de abandonar completamente o individualismo metodológico, princípio característico da tradição ortodoxa desde sua fundação no final do século XIX. Diferente dos keynesianos, Marx descreve os agentes econômicos como meros suportes das relações sociais intrínsecas ao sistema em que estão inseridos. O sistema capitalista funciona, na realidade, de uma forma anárquica, com o equilíbrio entre oferta e demanda ocorrendo apenas casualmente, já que há uma certa autonomia da oferta em relação à demanda, que por sua vez decorre de uma certa autonomia da demanda em relação à renda. A compreensão desse processo, e das tendências de crise que ele engendra, somente é possível, segundo Prado (p. 259), a partir de um abandono do esquema conceitual de equilíbrio usado pelos economistas ortodoxos. Além disso, destaca-se o papel desempenhado pela variação da oferta de crédito nas economias capitalistas, já que com uma quantidade maior de crédito sendo oferecida e, dessa forma, com uma tendência de redução no preço desse crédito, há uma tendência de aumento nas propensões a investir e a consumir. Afinal, como escreve Prado (p. 259), a atividade produtiva “depende também daquela parte da variação do endividamento total que é destinada à compra de mercadorias de consumo ou investimento”. Na contemporaneidade capitalista, o papel do crédito no processo de acumulação do sistema se amplificou numa magnitude consideravelmente maior do que aquela observada em meados do século XIX, quando Marx escreveu a maior parte de suas obras. Afinal, como destaca Prado (2014, p. 260), o papel do crédito não é apenas de estimular o consumo e o investimento de bens tangíveis, mas também e principalmente de ativos financeiros, muitos dos quais consistentemente remuneram os seus detentores com proventos. A instabilidade financeira observada por Summers (2014a, 2014b) nas economias industriais é apenas um sintoma do problema crônico que é

o capitalismo, em especial o contemporâneo capitalismo financeiro e seus problemas relacionados a uma baixa taxa de lucro.

A composição orgânica do capital é, segundo Marx (2017, p. 689), “a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações”. Por um lado, a composição de valor é determinada pelas frações de capital dedicadas ao capital constante – valor dos meios de produção – e capital variável – valor da força de trabalho. A composição técnica, por outro lado, é determinada pelas frações de capital dedicadas a meios de produção e força viva de trabalho. Essa tendência recebe como resposta, a partir dos anos 1970, um conjunto de propostas caracterizadas como neoliberalismo. As privatizações e as pressões para a redução do gasto social cumprem clara função no enfrentamento da tendência decrescente da taxa de lucro, sendo a primeira para oferecer alternativas rentáveis de investimentos num contexto de baixo crescimento e a segunda para reduzir a distribuição de recursos do capital para o trabalho. O que Prado irá argumentar em especial é que uma das propostas neoliberais, a desregulamentação financeira, possui determinação contraditória sobre a tendência decrescente da taxa de lucro: ao mesmo tempo que o aumento das possibilidades de especulação possibilita aumentar os lucros no setor financeirizado, também intensifica a tendência à queda nos setores produtivos não-financeiros, já que esses últimos direcionam parcela crescente do mais valor para aquele, que é improdutivo. Primeiro deve-se considerar que, segundo Marx (1984, p. 163), a taxa de lucro é determinada pela seguinte equação:

$$TL=m/C \quad (2)$$

sendo TL a taxa de lucro, m o mais-valor e C o capital global. Esta última variável é justamente determinada pela soma do capital constante e do capital variável. Em sua obra, Marx (1984, p. 163) demonstra que, à medida que a parcela constante do capital aumenta e a taxa de mais-valor em relação ao capital variável permanece constante, a taxa de lucro sofre um declínio. Como é somente o valor de uso da força de trabalho que cria valor, então

um incremento relativo do capital constante necessariamente acarreta uma redução da taxa de lucro, já que os trabalhadores terão de reproduzir um valor dos meios de produção relativamente maior. Como o desenvolvimento do capitalismo frequentemente envolve uma transformação nos métodos de produção no sentido de aplicar novos meios de trabalho que poupem trabalho, essa redução da taxa de lucro é uma tendência natural do sistema. Assim sendo, merece ênfase o argumento de Marx (p. 164) de que a “relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente”.

O trabalho na perspectiva marxista possui diversas determinações, que o podem qualificar como produtivo ou como improdutivo, dentre outros aspectos. Prado (2014, p. 264) de imediato enfatiza que nem todas as formas de trabalho produzem valor e mais-valor e que “o trabalho produtivo de mais-valor é apenas o trabalho assalariado estritamente empregado na produção capitalista de valores de uso como mercadorias”. Assim sendo, todo o trabalho que se encontra empregado na circulação de mercadorias ou de capitais é, por sua própria natureza, improdutivo, não contribuindo para a geração de mais-valor na sociedade capitalista. A remuneração das atividades improdutivas se dá por meio do mais-valor obtido nas atividades produtivas, o que contribui para a tendência decrescente da taxa de lucro nas atividades produtivas. Em outras palavras, a taxa de lucro geral do sistema é elevada por meio da financeirização, mas, além de isso se dar ao custo de um aumento da instabilidade do sistema e da maior ocorrência de bolhas financeiras, se dá ao custo também de uma redução do mais-valor apropriado na esfera produtiva, intensificando a tendência à estagnação do crescimento econômico identificada por Summers.

A intensificação da tendência à estagnação econômica leva a um processo de desindustrialização nos países desenvolvidos (PRADO, 2014, p. 268). Esse empecilho ao crescimento desses países surgiu na década de 1960, a partir das descobertas associadas à terceira revolução industrial. Assim sendo, ocorreu uma transformação na estrutura produtiva dessas nações, de forma

a favorecer o setor de serviços e os setores improdutivos, com destaque para as atividades financeiras, constantemente apoiadas pelas políticas de neoliberalização. Com o favorecimento de setores incapazes de criar riqueza na sociabilidade capitalista, o sistema se deslocou, segundo Prado (2014, p. 268), para uma situação em que “a acumulação perdeu a sua pujança, criando-se assim uma tendência para que o sistema entrasse em estado de estagnação”. Destaca-se também que o setor de serviços é consistentemente marcado por um incremento mais lento da produtividade do trabalho, já que as mercadorias produzidas nesse setor frequentemente se caracterizam por necessitarem de aspectos humanos e serem qualitativamente distintas, tendo em vista que muitas das invenções que radicalmente incrementaram a produtividade estavam associadas à produção em massa, naturalmente homogênea (p. 269). Em vistas dessa trajetória que possivelmente passa pela estagnação, o neoliberalismo é a ideologia adotada pelos capitalistas nas últimas décadas para lidar com os possíveis problemas de crescimento econômico. Em última análise, as questões associadas à estagnação secular decorrem, essencialmente, da tendência decrescente da taxa de lucro e é intensificada, no setor produtivo dos países desenvolvidos, pelo avanço da financeirização. Com base nessas ideias, os fenômenos econômicos observados por Summers (2014a, 2014b) não aparentam ser tão surpreendentes quanto ele os enxerga. Além disso, as medidas propostas pela ortodoxia, na medida em que não atacam nem o problema da financeirização e nem a própria tendência decrescente da taxa de lucro, que é inerente ao capitalismo, serão incapazes de reverter a tendência à estagnação econômica, ao menos a longo prazo.

Considerações finais

No presente trabalho foi realizada uma análise acerca das interpretações ortodoxa e marxista da tese da estagnação secular. O principal autor ortodoxo analisado foi Lawrence Summers (2014a, 2014b), que publicou trabalhos a respeito do que ele enxergava como um possível fenômeno de longo prazo

nas economias industriais. Suas contribuições foram seminais e levaram outros importantes economistas a elaborarem suas interpretações acerca desse possível fenômeno. Por outro lado, o economista marxista Eleutério Prado (2014) também analisou essas questões, só que agora sob a ótica da teoria econômica marxista, que há muito previa tendências de crise no sistema capitalista de produção e acumulação.

A análise de ambas as perspectivas acerca da tese da estagnação secular demonstrou que os dados apresentados por Summers (2014a, 2014b) sugerem que esse fenômeno é real nos países capitalistas industriais e que poderia ser explicado por uma taxa de juros real de pleno emprego negativa. Por outro lado, Prado (2014) afirma que essa abordagem de Summers e demais autores é o reconhecimento, pela teoria ortodoxa, da tendência decrescente da taxa de lucro, que voltou a se manifestar fortemente a partir do final dos anos 1960 e que teve como resposta, uma década depois, a implantação de políticas neoliberais, resposta que, ainda que bem-sucedida em reverter a tendência decrescente da taxa de lucro, o foi apenas temporariamente e de modo instável, intensificando a tendência à queda nos setores produtivos da economia e levando à desindustrialização nos países centrais. No pós-2008 o baixo crescimento econômico e todos os problemas daí decorrentes se apresentam novamente, e esse é o drama que os ortodoxos buscam enfrentar agora.

Referências

- EICHENGREEN, B. Secular stagnation: A review of the issues. In: TEULINGS, C; BALDWIN, R. (org). *Secular Stagnation: Facts, Causes, and Cures*. 1. ed. Londres: CEPR Press, 2014
- GORDON, R. J. Is US Economic Growth Over? Faltering Innovation Confronts the Six Headwinds. *NBER Working Paper*, n. 18315, p. 1-23, ago 2012
- GORDON, R. J. The turtle's progress: Secular stagnation meets the headwinds. In: TEULINGS, C; BALDWIN, R. (org). *Secular Stagnation: Facts, Causes, and Cures*. 1. ed. Londres: CEPR Press, 2014
- HANSEN, A. H. Economic progress and declining population growth. In: *American Economic Review*, v. 29, n. 1, p. 1-15, mar 1939
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 1. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. 1. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2. ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 1. ed. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984, v. 3
- MAZZUCATO, M. *Missão economia: um guia inovador para mudar o capitalismo*. 1. ed. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2022
- MAZZUCATO, M. *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. o setor privado*. 1. ed. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014
- PRADO, E. A estagnação secular e o futuro do capitalismo. *Marx e o Marxismo*, v. 2, n. 3, p. 251-273, ago/dez, 2014
- SOLOW, R. M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 70, n. 1, p. 65-94, fev 1956
- SUMMERS, L. H. U. S. Economic Prospects: Secular Stagnation, Hysteresis, and the Zero Lower Bound. *Business Economics*, v. 49, n. 2, p. 65-73, abr 2014
- SUMMERS, L. H. Reflections on the 'New Secular Stagnation Hypotheses'. In: TEULINGS, C; BALDWIN, R. (org). *Secular Stagnation: Facts, Causes, and Cures*. 1. ed. Londres: CEPR Press, 2014b
- TEULINGS, C; BALDWIN, R. Introduction. In: TEULINGS, C; BALDWIN, R. (org). *Secular Stagnation: Facts, Causes, and Cures*. 1. ed. Londres: CEPR Press, 2014